

RENASCIMENTO E REFORMA NOS QUADERNI DEL CARCERE: A LEITURA POLÍTICA DE ANTONIO GRAMSCI

Geraldo Magella Neris
Marcos Tadeu Del Roio

RESUMO: O texto pretende analisar os *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci a partir de duas noções centrais que apontam para a definição das duas formas distintas de transição político-cultural para o mundo moderno: o Renascimento e a Reforma. O estudo defende a idéia de que as formulações presentes em seus escritos do período carcerário devem ser apreendidas como categorias sujeitas a desdobramentos sucessivos, que exigem da parte do leitor uma verdadeira reconstrução semântica tendo em vista o espírito geral da obra gramsciana. Isto porque, como regra geral desses escritos, a caracterização conceitual dessas duas categorias se encontra enredada num verdadeiro labirinto de notas fragmentárias, fruto de um pensamento em construção que se insurge contra a absolutização conceitual, exigindo que o sentido dos conceitos seja recolocado conforme aumenta a própria compreensão dos problemas analisados pelo autor.

PALAVRAS-CHAVE: Renascimento – Reforma – Quaderni del carcere

A importância do pensamento gramsciano para a teoria política – e, de uma forma mais ampla, para as demais ciências sociais – é cada vez mais consensual. Neste sentido, o estudo de sua obra, sobretudo da reflexão elaborada no período em que foi prisioneiro dos cárceres fascistas (daí o título de *Quaderni del carcere*), vem servindo para fertilizar tanto a sociologia, a antropologia, a política, quanto a crítica literária e a historiografia. Por outro lado, o interesse despertado por seu pensamento transcende cada vez mais a matriz teórica que lhe deu origem, fazendo com que suas elaborações conceituais sejam reivindicadas por outras correntes próximas e até distantes do marxismo. É o que se verifica com a ampla difusão dos conceitos de hegemonia, de guerra de posição, de intelectual orgânico, etc.

No entanto, algumas das categorias presentes nos *Quaderni* são ainda pouco estudadas entre nós. É o que se verifica com os conceitos de Renascimento e Reforma, centrais para a compreensão da análise gramsciana do desenvolvimento histórico europeu, mas pouco consideradas pela crítica gramsciana no Brasil. Ao contrário disto, na Europa, e principalmente na

Itália, estas categorias vêm ganhando o destaque merecido, aparecendo como importantes contribuições para a historiografia. Portanto, o objetivo principal deste artigo – ao propor um estudo mais sistemático destes conceitos – será tentar suprir essa lacuna, contribuindo para a apreensão do seu conteúdo e da posição que ocupam na arquitetura interpretativa dos *Quaderni del carcere*.

Seguindo as notas gramscianas sobre o desenvolvimento histórico italiano, deparamo-nos com duas noções centrais nos *Quaderni del carcere* que apontam para a definição das duas formas distintas de transição político-cultural para o mundo moderno: o Renascimento e a Reforma. No entanto, como regra geral dos escritos do cárcere, a caracterização conceitual dessas duas categorias se encontra enredada num verdadeiro labirinto de notas fragmentárias - sujeita a constantes oscilações aproximativas - fruto de um pensamento em construção que se insurge contra a absolutização conceitual, exigindo que o sentido dos conceitos seja recolocado conforme aumenta a própria compreensão dos problemas analisados pelo autor.

Mas essa, afinal de contas, não é uma novidade no universo categorial presente nos *Quaderni del carcere*. Aliás, como já é amplamente reconhecido pelos leitores de Gramsci – e nisso reside uma das maiores dificuldades no estudo de sua obra, levando muitas vezes a interpretações equivocadas - as formulações presentes em seus escritos do período carcerário devem ser apreendidas como categorias sujeitas a desdobramentos sucessivos, que exigem da parte do leitor uma verdadeira reconstrução semântica tendo em vista o espírito geral da obra gramsciana. Todavia, isso não denota qualquer indício de deficiência de ordem lógica, ou mesmo filológica, na articulação conceitual; porém, diversamente, traduz uma maneira original própria da reflexão carcerária, de acompanhar o movimento dialético de apreensão da realidade pelo pensamento, buscando sempre equacionar os conceitos elaborados com o aprofundamento do conhecimento da realidade estudada. E, nesse caso particular, os conceitos de Renascimento e de Reforma acabam transcendendo o seu uso localizado, servindo para indicar duas vias diferenciadas de desenvolvimento político-cultural que instauraram a modernidade no continente europeu¹.

¹ Essa já é uma interpretação consensual entre os estudiosos de Gramsci, Cf. FROSINI, F. Riforma e Rinascimento: il problema della "unità ideologica tra il basso e l'alto". In: *Scuola, intellettuali e identità nazionale nel pensiero di Antonio Gramsci*. Roma: Gamberetti, 1999, p. 91: "No léxico gramsciano, "Reforma" e "Renascimento" não se reduzem a designar um movimento ideal determinado (a Reforma protestante) ou uma época histórica (o Renascimento italiano), mas, por apreender o movimento de ambos, os termos são empregados como exemplares de duas formas ou modalidades diversas – e, tendencialmente opostas – com as quais ocorreu na Europa a liquidação da Idade Média e o início da Idade Moderna".

Ampliando o sentido original dos enunciados, na reflexão gramsciana os conceitos de Renascimento e de Reforma ultrapassam o conteúdo conceitual convencional consagrado a esses dois termos pela historiografia. Não que os conceitos não estejam diretamente vinculados aos processos históricos efetivos aos quais se referem – quer seja ao Renascimento, entendido como o movimento de renovação cultural que se irradiou pela Europa entre os séculos XIV e XVI; quer seja à Reforma protestante, compreendida como a reação político-religiosa de revisão dos preceitos praticados pela Igreja Católica, que teve início no século XVI na Alemanha, se espalhando por grande parte da Europa -, contudo, na elaboração posta em marcha por Gramsci ao longo de sua reflexão, os sentidos e os focos originais dos termos são alargados para exprimir uma nova concepção. Ou seja, os significados conceituais dos termos Renascimento e Reforma transcendem os seus conteúdos historiográficos específicos passando a designar duas formas históricas político-culturais diversas de constituição do mundo moderno.

Consequentemente, indo além desse significado, que aqui nos interessa mais de perto, Gramsci aprofunda ainda mais a elasticidade desses conceitos, utilizando-os para distinguir o caráter nacional-popular de qualquer processo histórico. Assim, qualquer desenvolvimento histórico marcado pela inserção ativa das massas pode ser qualificado de Reforma; ao passo que, antiteticamente, o predomínio da alta cultura numa determinada situação de isolamento das aspirações populares serve para indicar a natureza de Renascimento desse fenômeno social. Logo, a contraposição dos dois elementos do par antitético, ao ultrapassar os limites estreitos da particularização historiográfica, serve para destacar o caráter nacional-popular ou cosmopolita de qualquer processo social em função da amplitude e da radicalidade dos interesses populares intrínsecos a esses. O predomínio do Renascimento leva à produção de uma cultura formalmente elaborada, mas de caráter elitista e distanciada dos anseios das massas populares. Já a preponderância da Reforma, mesmo quando o processo social toma a forma de um movimento cultural pouco elaborado, leva à constituição de uma cultura de base nacional, vinculada diretamente aos interesses coletivos nacionais-populares e inserindo as massas na ação política.

Contudo, apesar dessa amplitude de aplicações dos conceitos no interior da reflexão desenvolvida nos *Quaderni del carcere*, o que nos interessa recuperar em nossa exposição - como já dissemos - é sobretudo o aspecto mais preciso que a contraposição entre Renascimento e Reforma permite elucidar

sobre as duas alternativas históricas de encaminhamento da questão nacional tomadas pelo desenvolvimento político europeu da modernidade. É com base nessa contraposição que Gramsci desenvolve o paradigma *par excellence* de explicação da singularidade do desenvolvimento histórico italiano, mostrando como o divorcio entre intelectuais e forças populares afetou a evolução do quadro histórico da península itálica: falência da unificação no século XVI, revolução passiva durante o *Risorgimento*, etc. É a antítese entre Renascimento e Reforma que torna possível contrapor a via italiana de desenvolvimento histórico à via européia, explicando a gênese diferenciada da transição italiana para a modernidade, com todo o seu cortejo de anomalias sociais.

E é exatamente nisso – nessa nova configuração operada nos conceitos de Renascimento e Reforma – que reside toda a fecundidade teórica dessas formulações gramscianas para a compreensão do desenvolvimento histórico singular da Itália. Os novos conceitos permitem destacar os modos diversos de afirmação da *Weltanschauung* burguesa, mostrando que a vontade coletiva nacional-popular necessária à unificação territorial não se formou na Itália nos marcos do século XVI devido ao papel cosmopolita desempenhado pelos intelectuais italianos, que se mantiveram distanciados das massas, qualificando a transição italiana como típica do Renascimento. Somente a Reforma, que para Gramsci representou o embrião de uma reforma intelectual e moral, pôde produzir um novo tipo de intelectual, já vinculado aos interesses populares, assinalando a ruptura radical com a concepção de mundo medieval. Essa transformação histórica, com o grau de radicalidade necessária para romper com o cosmos medieval, só foi possível graças à inserção dos intelectuais junto ao povo: assim a nova concepção de mundo pôde se tornar política, “filosofia em ato”, realidade vivente e se apropriar das massas, transformando a nova ideologia em força material. Por conseguinte, a contraposição entre Renascimento e Reforma é a fórmula utilizada por Gramsci para distinguir o desenvolvimento histórico italiano. O Renascimento manteve a cultura como patrimônio de poucos, impedindo que essa se tornasse política. Enquanto a Reforma se caracterizou por transformar a cultura – mesmo se menos elaborada – em patrimônio do povo, permitindo a criação das novas estruturas sociais. Dessa forma, a preocupação historiográfica é subordinada à necessidade analítica de apreensão das duas formas de desenvolvimento político, identificando assim as correntes político-culturais que moldaram o nascimento do mundo moderno.

Assim, o conceito de Renascimento não é reduzido apenas ao desenvolvimento artístico, mas abarca também o desenvolvimento político, econômico e cultural das formações sociais européias. Em oposição à visão mítica burckhardtiana, que apresenta o Renascimento como uma verdadeira idade de ouro da humanidade, Gramsci se propõe a fornecer uma visão histórica. A influência de De Sanctis², ao contrapor desenvolvimento artístico e fragmentação política, foi determinante para o desenvolvimento da concepção gramsciana do Renascimento. Mas Gramsci vai além de De Sanctis, transcendendo os aspectos morais e patrióticos de sua crítica, para buscar as seqüências sociais e políticas da relação estabelecida entre os intelectuais e as forças populares que acabaram por moldar os contornos regressivos do Renascimento para a história italiana. A herança política do Renascimento – segundo Gramsci – foi a fragmentação territorial, a impossibilidade de formação de uma vontade coletiva nacional-popular que constituísse o Estado nacional italiano, como ocorreu nos principais países da Europa Ocidental e do Norte no século XVI. O movimento progressivo da burguesia italiana que emergiu com o desenvolvimento das Comunas medievais chega ao fim durante o Renascimento e na Contra-Reforma.

Porém, para entendermos as formulações gramscianas – bastante originais e diversas das concepções ideológicas difundidas pela historiografia do século XX, particularmente aquelas hegemônicas pela concepção burckhardtiana -, torna-se necessário distinguir sua apreensão do Renascimento. Segundo Gramsci, o Renascimento se constitui em uma etapa fundamental da civilização ocidental. No entanto, esse é visto como um processo histórico muito mais amplo do que aquele que a historiografia geralmente circunscreve aos três séculos de duração, compreendidos entre o século XIV e o século XVI. Para ele, o Renascimento remonta aos impulsos históricos que se iniciaram a partir do século XI, período no qual ocorre a gestação das forças sociais que deram origem à civilização burguesa comunal:

(...) parece mais justa a opinião de que o Renascimento seja um movimento de grande alcance, que se inicia após o ano Mil, do qual o Humanismo e o Renascimento (em sentido restrito) são dois momentos conclusivos, que tiveram na Itália a sede principal, enquanto o processo histórico mais geral seja europeu e não somente italiano”³.

Nessa acepção, a emergência da burguesia comunal, iniciada a partir do século XI, demarca o período de eclosão do Renascimento. Os séculos XIV, XV e

² De SANCTIS, F. *Storia della letteratura italiana*. Torino: Einaudi, 1958.

³ (GRAMSCI, 2001: Q. 17, §8, p. 1913).

XVI, que na concepção historiográfica convencional constituem a época do Renascimento, não podem ser confundidos com o Renascimento *tout court*, mas representam tão somente o Renascimento em sentido restrito, isto é, o coroamento do processo de desenvolvimento social cujas origens mais remotas residem no século XI. Esses séculos representam a conclusão do Renascimento, coincidindo com o momento de irrupção da classe burguesa na arena política das formações sociais da Europa Ocidental, encabeçando um vigoroso movimento que leva à formação dos grandes Estados territoriais modernos. Assim, o Renascimento em seu sentido restrito representa apenas o momento decisivo do processo histórico que se iniciou com a emergência da burguesia comunal.

Na Europa Ocidental e do Norte, a conclusão do Renascimento produziu a efetivação do potencial político-cultural de *nacionalização* das formações sociais latente no movimento. Porém, na Itália, o desfecho do Renascimento adquiriu o caráter de “restauração”, porque não superou a velha tradição cosmopolita que mantinha o divórcio entre classe dirigente e massas populares, impedindo a formação de uma cultura nacional-popular. Segundo Gramsci, o Renascimento italiano (é claro que entendido em seu sentido restrito) acabou negando as suas próprias raízes originais, assumindo a forma de um movimento regressivo: progressivo nas artes e regressivo na política.

Assim, Gramsci faz uma distinção entre Renascimento espontâneo e Renascimento em sentido restrito (a conclusão do Renascimento): o Renascimento espontâneo teve um caráter progressista para todo o continente europeu, inclusive para a Itália, já que representou uma reação contra o regime feudal iniciada após o século XI, criando não só as bases da civilização comunal, como também elaborando os próprios grupos urbanos que se constituíram na burguesia; e outra, de sentido restrito ou cultural, que representa o crepúsculo do Renascimento espontâneo entre os séculos XIV e XVI, que é aquela comumente aceita pela historiografia, que foi progressista para a Europa Ocidental, mas regressiva para a história italiana, na medida em que tomou a forma da elaboração de uma cultura cosmopolita e cortesã. É nesse caráter elitista da cultura renascentista italiana e no cosmopolitismo de seus intelectuais, que se mantiveram isolados das massas populares em processo de *nacionalização*, que residem as raízes da concepção do Renascimento italiano (no seu sentido restrito) como um tipo de revolução passiva *avant*

la lettre. A conclusão do Renascimento na Europa levou à formação dos Estados nacionais (França, Inglaterra, Espanha, Portugal, etc.), adquirindo o estatuto de uma autêntica reforma intelectual e moral das massas populares que se *nacionalizaram*. Por sua vez, na Itália as forças progressivas do Renascimento foram neutralizadas a partir do século XIV, com o momento conclusivo do processo de longa duração que foi o Renascimento, tomando a forma de uma autêntica restauração.

Então, com base na leitura de Gramsci, podemos afirmar que a conclusão conseqüente do Renascimento é a reforma intelectual e moral que possibilitou a formação da vontade coletiva nacional-popular necessária à constituição do Estado unitário moderno na Europa Ocidental; e, por outro lado, que a conclusão bloqueadora das potencialidades nacionais-populares é o Renascimento (em seus moldes italianos). Ou ainda, que na Itália predominou a matriz *aristocrático-feudal* sobre a matriz *burguesa-popular* no processo histórico de conclusão do Renascimento, imprimindo assim o caráter reacionário que marcou o desenvolvimento político da península durante o início da Idade Moderna. O desfecho final da via do Renascimento ocorre sob a forma de um fenômeno cultural e literário, esvaziando as potencialidades políticas de *nacionalização* presentes no movimento.

O que Gramsci parece pretender ao se apropriar, se bem que à sua maneira, e dando um novo sentido aos conceitos historiográficos de Reforma e Renascimento, é proceder a uma leitura político-cultural que explique a emergência do Estado nacional na Europa Ocidental. Então, como já adiantamos, o seu conceito desse par antitético transcende a caracterização historiográfica *strictu sensu*. Por exemplo, em Portugal e na Espanha, a reforma intelectual e moral que levou à criação do Estado unitário não assumiu o caráter da *reforma religiosa*, mas sim de uma reforma secular da política entre as massas que possibilitou a sua mobilização para tal empreendimento. E justamente na Alemanha, berço da Reforma protestante, a unificação política só ocorreu tardiamente e não no horizonte do século XVI. Segundo Gramsci, na Alemanha as “bases” do Estado nacional já estavam dadas desde aquela época (GRAMSCI, 2001: Q. 4, §3, p. 423), sobretudo em função da integração religiosa e lingüística, resultante da Reforma protestante, que levou à constituição de uma comunidade homogênea de fiéis. Mas na Alemanha, e isso é uma conseqüência imediata da compreensão gramsciana de que a cultura não se afirma em um vazio

sociológico, a reforma intelectual e moral representada pela *reforma religiosa* só se manifestará tardiamente na forma da filosofia idealista alemã e não na unificação política ⁴.

Assim, a reforma intelectual e moral pode se manifestar na forma do desenvolvimento político ou do desenvolvimento filosófico. Nesse sentido, Gramsci apreende o desenvolvimento da Europa moderna como um longo processo de *reforma intelectual e moral* tanto política quanto filosófica: “Renascimento – Reforma – Filosofia Alemã - Revolução Francesa - Laicismo (liberalismo) – Historicismo - Filosofia moderna - Materialismo Histórico. O materialismo histórico é o coroamento de todo esse movimento de reforma intelectual e moral, na sua dialética cultura popular-alta cultura” (GRAMSCI, 2001: Q. 4, §3, pp. 423-24). Fica evidente, portanto, que em última análise a *reforma intelectual e moral* inclui, mas necessariamente transcende, o caráter da reforma religiosa: a Reforma protestante serve apenas como indicador do caráter popular de uma determinada transformação historicamente localizada que teve dois desdobramentos possíveis: político ou filosófico.

Entretanto, se por um lado, o Renascimento italiano falhou em produzir uma cultura nacional-popular, ligando os intelectuais às aspirações do povo que então se constituía em comunidades nacionais homogêneas; por outro lado, não há como negar que a matriz aristocrática seguida pelo Renascimento italiano também produziu bons frutos. O próprio Gramsci, apesar de toda a sua crítica à herança política renascentista, reconhece que justamente na Itália, em decorrência do caráter elitista do desenvolvimento dos intelectuais, pôde ser elaborada uma cultura sem rival no restante do mundo.

É que nas condições da formação social de transição própria do Renascimento italiano, o alvorecer do modo de produção burguês, na medida em que liberou um enorme potencial de versatilidade social em decorrência da “dissolução da comunidade natural” típica do feudalismo, encontrou nas classes dominantes hegemônicas pela visão de mundo aristocrática (alta burguesia financeira e nobreza feudal aburguesada) uma disposição sem igual para o patrocínio das artes e da cultura, produzindo uma extraordinária aproximação entre gênero humano e individualidade, entre riqueza social da espécie e potencial de desenvolvimento dos indivíduos. Portanto, o ele-

⁴ Cf. ARANTES, P.E. Uma reforma intelectual e moral. Gramsci e as origens do Idealismo Alemão. In: *Presença*, n. 17, nov.91/mar.92, pp. 141-209.

mento principal da riqueza das individualidades renascentistas italianas – basta pensar em homens como Da Vinci, Michelangelo, Maquiavel, etc. – parece residir justamente na matriz aristocrática tomada pelo desenvolvimento do Renascimento italiano em sua etapa conclusiva, o que permitiu a criação de uma cultura formalmente elaborada, porém, restrita a uma pequena elite cortesã e distanciada da vida da maioria do povo italiano.

Em última instância, parece ter sido o tipo híbrido de desenvolvimento capitalista – ou seja, o predomínio de uma matriz aristocrática de desenvolvimento burguês – típica da península itálica, o elemento fundamental na determinação dos altos investimentos realizados pela burguesia no financiamento das artes, possibilitando o florescimento de uma cultura extremamente elaborada, mas restrita a pequenos círculos cortesãos. Um forte argumento a favor dessa tese se encontra no alto grau de desenvolvimento do mecenato no contexto da península itálica. Se o mecenato, em certa medida, pode ser considerado como uma instituição comum a toda a Europa renascentista, foi somente na Itália que essa instituição criou raízes profundas, transformando-se em uma verdadeira estrutura “orgânica” do desenvolvimento sócio-econômico. Nesse sentido, ganha força a qualificação gramsciana do Renascimento italiano como sendo o resultado da atividade de pequenos grupos cortesãos distanciados da vida efetiva da maioria do povo, impedindo a reforma intelectual e moral necessária para a *nacionalização* da península itálica.

Portanto, paradoxalmente, parece que o esplendoroso desenvolvimento cultural do Renascimento italiano só foi possível em virtude do triunfo na península de uma vertente de desenvolvimento capitalista de matriz aristocrático-burguesa, que esvaziou o potencial latente de *nacionalização* das forças burguesas, encaminhando esse fluxo de energias históricas para o desenvolvimento artístico-cultural das classes oligárquicas italianas, com base nos padrões estéticos inspirados pela antiguidade greco-romana.

Por isso, somente a Reforma, que conseguiu produzir um novo tipo de intelectual, organicamente ligado aos interesses populares, foi capaz de despertar as forças necessárias para criar as novas estruturas sociais exigidas pelo desenvolvimento da sociedade burguesa. Assim, a Reforma foi capaz de levar à formação de uma vontade coletiva nacional-popular, na medida em que transformou radicalmente a visão de mundo tradicional, inserindo os intelectuais diretamente no movimento social popular. Mesmo sendo pouco elaborada, quando comparada

com a cultura produzida pelo Renascimento, a nova cultura gestada pela Reforma foi capaz de vincular os estratos mais altos da burguesia aos interesses ideológicos nacionais-populares, servindo para direcionar os movimentos sociais que levaram à formação dos Estados modernos da Europa Ocidental.

A conclusão gramsciana é a de que na história italiana sempre faltou o elemento Reforma. E, mais especificamente, no contexto dos séculos XV e XVI, a reforma intelectual necessária para romper com os resquícios da fragmentação política medieval não foi possível na Itália, exatamente devido ao papel cosmopolita desempenhado pelos intelectuais italianos renascentistas. Nesse sentido, uma das poucas exceções a essa regra se encontra na figura de Nicolau Maquiavel, o autêntico representante italiano de uma tentativa de reforma da vida política da península, de busca de aproximação dos intelectuais com as massas populares. É nesse sentido que Maquiavel aparece aos olhos de Gramsci como o único representante italiano do movimento progressivo europeu que levou à constituição do Estado territorial unificado corporificado nas monarquias absolutistas européias do século XVI. Consequentemente, Maquiavel aparece como a verdadeira antítese do intelectual renascentista italiano, representando a Reforma e a busca da fusão entre cultura e aspirações populares.

Como visto, os conceitos de Renascimento e Reforma são profundamente enriquecidos pela apropriação gramsciana. Eles têm o seu conteúdo historiográfico *strictu sensu* ampliados, transcendendo o seu sentido cronológico e servindo para nomear as duas formas político-culturais de transição da Europa para Idade Moderna. E, a não ser que o leitor tenha presente esta nova conformação conceitual, corre-se o risco de uma compreensão empobrecida da análise gramsciana do desenvolvimento do capitalismo europeu. É claro que esta ligeira recuperação do novo sentido semântico posto em prática por Gramsci não tem a pretensão de ser exaustiva, mas tão somente de destacar a centralidade destas categorias para uma compreensão adequada dos *Quaderni del carcere*.

Referências bibliográficas

- ARANTES, P.E. *Uma reforma intelectual e moral. Gramsci e as origens do Idealismo Alemão*. In: **Presença**, n. 17, nov. 91- mar. 92, pp. 141-209.
- BURCKHARD, J. **A civilização da renascença italiana**. Lisboa: Presença, 1983.
- CAMMETT, J.M.(curatore). **Bibliografia gramsciana 1922-1998**. Roma: Riuniti, 1999.
- CHEMOTTI, S. **Umanesimo, Rinascimento, Machiavelli nella critica gramsciana**. Roma: Bulzoni, 1975.
- CORRIGAN, PH.(org.). **Capitalism, State Formation and Marxist Theory. Historical Investigations**. London: Quartet Books, 1980.
- DE SANCTIS, F. **Storia della letteratura italiana**. Torino: Einaudi, 1958.
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FROSINI, F. **Scuola, intellettuali e identità nazionale nel pensiero di Antonio Gramsci**. Roma: Gamberetti, 1999.
- GARIN, E. **Ciência e vida civil no renascimento italiano**. São Paulo: UNESP, 1996.
- GOOCH, J. **A unificação da Itália**. São Paulo: Ática, 1991.
- GRAMSCI, A **Quaderni del Carcere (04 vol.)**. Torino: Einaudi, 2001.
- GUENÉE, B. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados**. São Paulo: Pioneira/Ed. da USP, 1981.
- PROCACCI, G. **Storia degli italiani**. Bari: Laterza, 1998.
- ROMANO, R. **Storia d'Italia (vol II)**. Torino: Einaudi, 1974.
- SCHLESENER, A.H. **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.
- SILVA, M.C. **A questão nacional e o marxismo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- SOLARI, G. **La formazione storica e filosofica dello stato moderno**. Napoli: Age, 2001.
- STRAYER, J.R. **As origens medievais do Estado moderno**. Lisboa: Gradiva, s/d.
- TREVOR-ROPER, H.R. **Religião, Reforma e transformação social**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1981.

Geraldo Magella Neri

É professor do Colegiado de Pedagogia
da UNIOESTE/Foz do Iguaçu,
mestre em Ciências Sociais
pela UNESP/Marília
e membro do Grupo de Pesquisa
“Cultura e Política do
Mundo do Trabalho”.

Marcos Tadeu Del Roio

É professor do Departamento
de Economia e Política da UNESP/Marília,
doutor em Ciências Políticas pela USP
e Presidente do Instituto Astrojildo Pereira.